



OS SILÊNCIOS DO CONFLITO DA PRAÇA DA MATRIZ

Débora Franco Lerrer

Docente da PUC- Campinas

Resumo: Este trabalho teve por objetivo resgatar o processo social que construiu as versões em disputa na luta simbólica desencadeada a partir do conflito ocorrido entre sem-terras do MST e soldados da Brigada Militar no centro de Porto Alegre, em 8 de agosto de 1990. A partir da reconstrução deste episódio traumático, vinculado à luta pela reforma agrária no Brasil, evidencia-se a fixação de uma versão ficcional que se tornou núcleo de significações do evento: o soldado degolado com foice. Neste processo de fixação de uma determinada memória sobre um episódio traumático, procura-se enfatizar o papel do mediador jornalista nesta luta política.

No dia 8 de agosto de 1990, às 6 horas da manhã, oito ônibus estacionaram na capital do Rio Grande do Sul, desembarcando 400 colonos sem terra, que trataram de usar os canteiros da Praça da Matriz para montar mais um de seus acampamentos de protesto. Poucas horas depois, esta praça, onde erguem-se as sedes do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Eclesiástico deste estado, tornou-se cenário de uma verdadeira batalha campal entre os sem-terra do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e soldados da Brigada Militar (nome da PM gaúcha). A cidade de Porto Alegre levou um susto. O conflito espalhou-se até a rua Jerônimo Coelho e chegou ao cruzamento da Rua da Praia com a Borges de Medeiros, a chamada "Esquina Democrática". Houve um tumulto. Um ou dois colonos (como são chamados os "sem-terra" neste estado) saíram feridos à bala na perna, a colona Elenir Nunes levou um tiro no abdômen e o policial Valdeci de Abreu Lopes levou um corte no pescoço e morreu. Ao todo, seis colonos foram indiciados e, dois anos depois, condenados pelo "golpe de foice que degolou" o policial, entre eles, a colona ferida a bala.

Conhecido como "conflito da Praça da Matriz", este episódio é um capítulo extraordinário da luta pela reforma agrária no Brasil, pois promoveu uma ruptura no cotidiano de Porto Alegre, cujos cidadãos acompanharam ou participaram de seus momentos e foram receptores dos discursos dos meios de comunicação de massa, cujas informações dominaram



o presente do "conflito do 8 de agosto". Uma luta que vinha se desenrolando quase que despercebida no interior irrompera os domínios da cidade com a força dos eventos traumáticos, produzindo comoção coletiva. Ao contrário de outros momentos em que os sem-terras foram vítimas da violência policial; a morte do soldado criou uma oportunidade singular para analisar um processo de construção social de sentido vinculado à questão da distribuição da propriedade da terra no Brasil, cuja concentração fundiária representa um "nó" estrutural secular e marca profundamente sua face social.

Este trabalho procura resgatar o processo social que construiu as versões que se digladiaram na luta simbólica desencadeada a partir deste conflito particular. A luta simbólica está presente em qualquer luta política, que também, no caso da luta pela reforma agrária, é ao mesmo tempo teórica e prática "pelo poder de conservar ou transformar o mundo social, conservando ou transformando as categorias de percepção deste mundo" ¹. De acordo com Bourdieu, categorias de percepção são estas "estruturas invisíveis que organizam o percebido, determinando o que se vê e o que não se vê" e que "são produto da nossa educação e da nossa história, etc". A metáfora que explica bem este conceito é a do "óculos". Para este sociólogo os jornalistas têm "óculos especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras: e vêem de certa maneira as coisas que vêem". Assim, eles operam "uma seleção e uma construção do que é selecionado"². No que se refere a este conflito em Porto Alegre, destaco o papel de mediadores, como os jornalistas que, com suas categorias de percepção, ocuparam um lugar central neste embate simbólico, que é o que fez e faz moverem os processos políticos de qualquer sociedade na nossa época.

Esta pesquisa se baseia na consulta dos 28 volumes do autos do processo criminal (nº 01390097556) instaurado para apurar a autoria do assassinato do soldado Valdeci de Abreu Lopes; na Edição Extra impressa pelo Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, em agosto de 1990, conhecida como Versão dos Jornalistas, em matérias de jornais da "grande" imprensa e nos depoimentos de jornalistas, advogados, militantes do Movimento Sem Terra, membros da Brigada Militar e militantes de direitos humanos.

¹ Bourdieu, 1989:142

² Bourdieu, 1997:25



Contexto histórico da versão

Porto Alegre é a capital de um estado com características peculiares, determinadas por seu processo de colonização. Com fronteira disputada palmo a palmo em guerras contra os espanhóis, os gaúchos acabaram desenvolvendo uma forte tradição militar que, associada a interesses econômicos e políticos contrariados, desembocou em lutas armadas, como nos casos da Guerra dos Farrapos e da Revolução Federalista de 1893. Esta última, dividiu os gaúchos em castilhistas (chimangos) e federalistas (maragatos) e notabilizou-se pela violência, sendo a degola a forma preferida de execução. Em 1923, como as feridas de 93 continuassem abertas, os gaúchos novamente lutaram entre si.

Esta memória histórica determinou que a imagem da morte do soldado, - causada por um corte no pescoço – se tornasse o núcleo de significações do evento, que assumiu a dimensão de uma verdadeira crise entre poderes, desdobrada em outros episódios, por quase dois anos. É a ela que todos se referem e que todos se relacionam quando se fala do conflito do dia 8 de agosto. Mencioná-lo é lembrar o policial "degolado com foice".

Esta morte, incomum em termos de luta pela terra, acarretou um processo de isolamento político do Movimento Sem Terra. Naqueles anos as forças contrárias à reforma agrária conseguiram aproveitar-se do choque provocado pelo episódio para elevar o brigadiano morto a mártir e atacar o MST, caracterizando-o como "assassino" e "radical". Grande parte da facilidade com que se promoveu este isolamento do Movimento está associado ao fato de que o dia 8 de agosto encerrou em si a grande inversão de ocorrer a morte não de um sem-terra, mas de um membro da instituição que tem o monopólio da violência estatal para garantir a "ordem".

Este enunciado foi escolhido dentro de um sistema de referências já marcado por esta imagem e gravado na memória não só pelo número de vezes que foi repetido pelos meios de comunicação de massa, como pelas reminiscências presentes no imaginário coletivo gaúcho, que logo associou uma batalha campal e a forma como o soldado morreu às milhares de degolas feitas em nome da política, durante a Revolução Federalista.

Para compreender esse processo social de construção de sentido, retomo a trajetória do acampamento dos sem-terra que foram para a Praça da Matriz, organizado no ano anterior, na ocupação da fazenda Bacaraí (18/07/89). Cerca de dois meses antes de irem a Porto Alegre, os



sem-terra deste acampamento haviam sofrido uma abordagem violenta de brigadianos, quando voltavam de um trabalho de base na periferia da cidade de Cruz Alta. Depois de serem obrigados a rastejar no chão, um deles, Ivo Lima, na época com 19 anos, foi atingido por uma bala na cabeça ainda rendido no chão, e o grupo foi despejado do barranco da estrada estadual onde estavam acampados. Constrangido pelo episódio, o governo estadual firmou uma promessa junto ao governo federal de que cada qual compraria 500 hectares para instalar um assentamento. Foi atrás do cumprimento desta promessa que o MST decidiu ir para a capital no dia 8 de agosto.

Neste trabalho, o dia do embate da Praça da Matriz é descrito a partir depoimento de uma liderança do MST e a de um Capitão da Brigada Militar, associando-os com os relatos presentes nos autos do processo e em recortes de jornais, procurando uma aproximação mais plural daquela quarta-feira trágica. Este levantamento evidenciou como a morte do soldado, ao ser inserida no contexto do conflito, assumia contornos que a deixavam menos isolada em sua brutalidade. Os depoimentos indicaram que o despejo da praça foi decidido pelo Tenente-Coronel Chaves, comandante do pelotão de choque, que agiu sozinho, sem ordem do governador do Estado nem mesmo do comandante de policiamento da capital, Cel. Jair Portela, desencadeando a operação no meio das negociações em que parlamentares estavam representando o MST junto a três Secretários de Estado.

Depois da morte do soldado na Esquina Democrática, o conflito se estendeu para a sede do poder municipal, na Praça Montevideo. Rapidamente cercada por um batalhão da Brigada Militar, a Prefeitura se tornou o palco de uma grave crise entre poderes. Comandantes dos brigadianos ameaçavam invadir o prédio e secretários de Estado foram chamados às pressas dada a recusa dos policiais em obedecer a ordem do governador e levantar o cerco. Enquanto isso, centenas de civis se dirigiram para o paço municipal fazendo um cordão em volta da Prefeitura, tentando impedir que ela fosse invadida. Foram, ao todo, 11 horas de cerco. A tensão continuou alta até a madrugada, quando houve um processo de reconhecimento dos colonos - cujas irregularidades foram denunciadas pelos advogados de defesa - e o agricultor Otávio Amaral foi apontado como principal autor do crime. A partir do que ocorreu naquele dia, foi instaurado um processo criminal que culminou no julgamento de seis agricultores, quatro deles tinham permanecido presos preventivamente por 1 ano e 7 meses, mesmo sendo réus primários.

A denúncia formulada pelo promotor Luiz Zionkowski e que se tornou a base de todas as versões oficiais presentes no processo foi claramente inspirada na versão do meios de comunicação de massa, tendo por base inclusive uma nota oficial do governo estadual. O fato da versão oficial do processo judicial ser tão semelhante à maneira como os jornais contaram o episódio é muito comum no caso de processos criminais contra lideranças do MST que, em geral, se baseiam em matérias publicadas nos jornais³.

A pesquisa nos autos do processo demonstrou a precariedade da versão oficial, bem como do indiciamento dos seis agricultores julgados e condenados em junho de 1992. Outro aspecto evidenciado é a fragilidade da expressão que acabou por sintetizar o episódio: "a degola com foice". As informações presentes no autos também abriram a possibilidade de uma outra hipótese para a morte de policial, expondo a história de Elenir Nunes dos Santos, que fora baleada por ele na Esquina Democrática, mas condenada no julgamento. Recolhida à prisão em 1997, ela cumpriu parte da pena em um presídio em Porto Alegre e em seu domicílio, no assentamento, batizado ironicamente de "8 de Agosto".

Apontado por sete testemunhas como o autor do golpe de foice que matou o soldado e indicado como o assassino por toda a imprensa, Otávio Amaral acabou sendo absolvido de autoria da morte por álibis jornalísticos: fotografia e imagens feitas no Pronto Socorro, muito próximos da hora em que o soldado fora assassinado. Entretanto, junto com os outros colonos, foi condenado pelo quesito genérico que interrogava se ele teria contribuído **de qualquer modo** para a morte de Valdeci de Abreu Lopes. Esta condenação bem como todo o transcurso do processo judicial foi resultante da cristalização de uma teia de meias-verdades que levaram à criminalização antecipada destes seis agricultores.

Mediações jornalísticas

O conflito da Praça da Matriz ficou cristalizado na memória por meio das produções jornalísticas que reverberaram intensamente em agosto de 1990. Mesmo quem busca fazer uma reconstrução daquele episódio depende do que ficou impresso nos jornais. A memória que ficou deste evento traumático da luta pela reforma agrária possui várias lacunas e

³ Outro caso ilustrativo deste mecanismo foram as duas prisões preventivas de Diolinda Alves de Souza (novembro de 96 e fevereiro de 97), mulher do líder do MST, José Rainha, que deu grande repercussão na mídia

1 Trabalho apresentado no Núcleo de **Comunicação para a Cidadania**, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.



aspectos mal contados. O que foi impresso nos jornais camuflou a realidade dos fatos, e, por consequência, a história e a memória da sociedade sobre este evento particular.

Depois de figurarem como os agressores na capa dos principais veículos de comunicação do país, a imagem dos sem-terra nunca mais foi a mesma, afinal "degolaram um soldado com foice", provocaram um conflito e lutaram contra policiais. Esta versão entoada por publicações jornalísticas deixou pouco espaço para a dúvida, pois os veículos de informação são credenciados por divulgarem um discurso que se pretende verdadeiro e é reconhecido publicamente como tal. A estratégia de seu enunciado exige este estatuto de objetividade. Mas o que aparece como fato jornalístico é sempre resultado de um processo social de construção de sentido, marcado por disputas simbólicas. Resultado disso, a memória deste episódio ficou marcada pelas reelaborações, pelo discurso que venceu a luta simbólica que engendrou a versão que dominou aquele presente. Mas esta memória coletiva está sujeita a deformações e mistificações, e “retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou que é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”⁴.

O discurso que se "naturalizou" rapidamente após este conflito particular foi produto da "saturação de informações fragmentárias, do trabalho de construção de um imaginário"⁵ realizado pelos meios de comunicação, cujo discurso promoveu a diluição do conflito social que estava vinculado ao episódio, reduzindo-o a seu aspecto criminal. Além de refletir geralmente a visão de mundo social da classe dominante, cujo privilégio de concentrar terra é questionado pelo MST, o campo jornalístico também está subordinado à lógica comercial que exige que se carreguem as tintas de seus discursos, para torná-los mais sensacionais e vendáveis. Assim, aquela morte na Esquina Democrática tornou-se mais um produto jornalístico explorado de acordo com esta lógica, igualada, portanto, a outros crimes de grande repercussão, mas desvinculada de seu contexto político.

Embora aquele dia trágico também comportasse uma grave crise entre poderes, ao cristalizar o fato jornalístico dentro da seção policial, destituiu-se seu caráter político. Ao mesmo tempo em que a morte do policial assumiu a proporção dominante na construção do episódio, encobriu-se um grave caso de insubordinação do aparato de repressão do Estado, que demonstrou ter autonomia frente aos poderes constituídos. Sem justificar o injustificável -

⁴ (Halbawacs apud Motter, 1992:78)

⁵ (Mottr,1992:83)



um assassinato - a morte de Valdeci foi abordada deste modo porque havia o MST do outro lado, velando-se outros aspectos significativos daquele dia.

Mesmo que os contornos sensacionalísticos e a subordinação à lógica comercial justificassem plenamente o recorte enfático do aspecto criminal do episódio, havia lacunas investigativas nas notícias publicadas sobre o dia 8 de agosto. Os jornalistas deveriam ter procurado verificar melhor o que aparentemente foi absorvido com muito pouca crítica, mesmo porque nenhum dos entrevistados por esta pesquisa admitiu ter sido cerceado em sua cobertura e só dois deles exprimiram descontentamento com o que foi publicado. Nem mesmo aqueles profissionais, que tentaram de algum modo aplacar o prejuízo político do MST, se colocaram questões pertinentes a serem elucidadas, e, assim, a visão do ocorrido tornou-se extremamente parcial, embora se apresentasse com isenta. Como resultado, a memória coletiva foi marcada pela versão oficial, controladora da cena do conflito e com poder de determinar seu desenrolar judicial.

No caso da Praça da Matriz, o discurso que venceu a luta simbólica foi lido como a mais "natural" por ser o resultado do conjunto de significações que aquela época histórica vivia "como sendo o sentido natural das coisas"⁶, e ficou consagrado na Justiça, visto que formou base para as sentenças que condenaram os seis acusados, não sendo derrubado nem pela falta de materialidade dentro dos autos do processo.

Segundo o comando da BM, o início do conflito foi causado por 15 colonos que tentaram atacar o cerco policial e atingiram um policial com uma pedrada. Daí não foi mais possível controlar a tropa. Havia outro discurso, que foi silenciado. Muitos colonos se lembram que tudo começou com a ordem de despejo e o estouro de uma bomba, no meio do acampamento. Este discurso de segmentos subalternos e de seus "apoiadores" dentro da sociedade civil não conseguiu ter visibilidade porque a luta política que o engendrava era desprovida de poder para impor sua versão. Entretanto, entre o discurso dos segmentos subalternos e o discurso do poder, havia outras testemunhas: os jornalistas.

Desde o surgimento das primeiras "ocupações" de terra, promovidos pelo embrião do MST no Rio Grande do Sul, os jornalistas são os mediadores dos sem-terras com a sociedade, porque quando eles "criam um fato político", empreendendo uma mobilização, seja ela passeata, marcha, "invasão" de latifúndio ou prédios público, é o profissional da imprensa

1 Trabalho apresentado no Núcleo de **Comunicação para a Cidadania**, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.

que se torna o interlocutor e seu intermediário cultural. Um dos principais líderes do MST, João Pedro Stédile - que ajudou a organizar as primeiras “ocupações de latifúndio” dos sem-terras gaúchos -, chegou a afirmar que foram os jornalistas que nomearam aqueles agricultores de "sem-terra". Para Stédile, o movimento que estava se organizando na época incluiria a expressão "reforma agrária" e não "sem-terra".

Ao desempenhar este papel de nomear e imprimir significados, os jornalistas mal ou bem traduzem o mundo cultural dos colonos sem terra para a linguagem de seu próprio mundo cultural e esta atuação dos jornalistas acaba por representar a visão de mundo social de uma parte da sociedade brasileira. Para Delmo Moreira, que na época do episódio era sub-chefe da sucursal do conflito da *Estado de S. Paulo*, em Porto Alegre, a cobertura do Praça da Matriz foi um dos “piores papéis” que ele viu a imprensa “interpretar”. “Tinha um país, os meios de comunicação e uma parte da sociedade querendo dar essa porrada no MST. Era um incômodo. Aquele monte de gente suja de terra, invadindo uma cidade”. Ao recordar o estopim na Praça da Matriz, recorda:

- O conflito começou por uma operação policial absolutamente criminosa. Eles estavam prontos para deixar a Praça, acertados com o governador. Estavam conversando dentro do Palácio. Aí, a versão da polícia: fomos atacados. Um dia depois, o comandante da operação dizia: um soldado foi ferido na cabeça e daí foi impossível controlar. Como é que você bota um monte de soldados na rua que não conseguem controlar uma pedrada? Você tem um conflito localizado, quase terminando e você transforma a cidade inteira em uma praça de guerra?

Na matéria publicada pelo jornal onde ele trabalhava, no entanto, esta visão não foi impressa. Ele considera que, "sabendo o jornal que a gente estava trabalhando", até que conseguiram fazer a matéria do jeito que queriam. Não é só Moreira que teve esta visão do material publicado por seus respectivos jornais. Ela foi compartilhada pela grande maioria dos jornalistas entrevistados. Apesar de alguns terem reconhecido as falhas da cobertura, defenderam o que havia sido publicado nas empresas em que trabalhavam.

O mediador tem um papel fundamental em qualquer processo social, pois são, no dizer de Michel Vovelle, "correias de transmissão de uma cultura, um saber". Os jornalistas

⁶ (Pinto:1989, 21)

são exemplares do grupo de medidores "por função", pois a natureza de sua atividade os "coloca entre o universo dos senhores e dos dominados"⁷. Os "senhores" compõem o grupo social do qual fazem parte os padrões dos jornalistas, isto é, a elite econômica brasileira. Há uma tradição cultural dentro deste segmento social em atribuir um valor sacralizado ao bem de produção terra, porque ela é uma referência de poder político, o que acabou por justificar e "naturalizar" a concentração fundiária brasileira, onde 75% dos imóveis rurais controlam apenas 11% das terras, enquanto 43.956 proprietários são donos de 50% de todas as terras⁸.

Depois da derrota política da Constituição de 1988, quando a proposta de uma nova elite oligárquica com traços exteriores mais modernos, representada pelo chamado "Centrão" (PFL, PDS, PTB e mesmo PMDB), derrubou a reforma agrária "na lei", sua luta - uma das bandeiras da redemocratização do Brasil - passou a ter cada vez menos visibilidade na mídia. A frustração institucional consistiu na troca da expressão "desapropriação de terras improdutivas" do Estatuto da Terra (promulgado pelo regime militar), por "desapropriação de terras que não cumprem sua função social", tornando propositalmente bastante nebulosa a qualificação das áreas que deveriam ser destinadas à reforma agrária e descaracterizando o conceito de latifúndio, bastante nítido na lei do general Castelo Branco. Referindo-se ao período em que ocorreu o conflito da Praça da Matriz, Paulo Moreira Leite - que era redator-chefe da *Veja* na época desta pesquisa - justificou o silenciamento que tombou sobre este assunto na revista pelo fato de que a reforma agrária tinha se tornado uma questão "quase ilegal".

No meio do embate simbólico existente no campo político, o jornalista é um agente social, cuja práxis é permeada de contradições. Ele participa dos círculos de poder, na medida em que assiste e torna inteligíveis determinados eventos considerados politicamente relevantes, atribuindo-lhes significados. Sua função o torna politicamente atuante, na medida em que ser informado é ter poder e estar, portanto, interagindo nas relações de força que conformam o espaço social político. Esta atividade consiste em "traduzir eventos reais em formas simbólicas". Como há diversas "formas de selecionar códigos que vão assinalar significados aos eventos"⁹, em especial os conflituosos, o jornalista vai estar sempre no meio do tiroteio, da luta simbólica deflagrada no campo dos conflitos, neste caso, agrários, onde

⁷ (Vovelle, 1991:216).

⁸ Atlas Fundiário, Inca (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Brasília, 1996.

seus relatos servem ora a este, ora àquele lado. De acordo com Stuart Hall, por trás das explicações que parecem mais “naturais” para conflitos como o ocorrido em Porto Alegre, “há uma seleção preferencial de códigos utilizados em diferentes domínios do conhecimento social” que uma determinada sociedade aceita que “moldem consensualmente estes eventos problemáticos”¹⁰ Este molde será inevitavelmente marcado pelo repertórios da ideologia dominante. Estes códigos preferenciais são "premissas contidas na definição dominante de uma determinada situação e representam e refratam as estruturas de poder existentes. Por conseguinte, elas estruturam cada evento, significam e os acentuam de uma maneira em que reproduzem a ideologia dominante"¹¹.

Este processo de construção de sentido pode apresentar, no entanto, algumas brechas. Apesar da produção jornalística presente nos meios de comunicação a ter tido um peso fundamental na cristalização da versão hegemônica do conflito da Praça da Matriz, foi graças a alguns jornalistas anônimos que existiu espaço, mesmo que reduzido, para o outro discurso. Um grupo - entre os quais Delmo Moreira -, que trabalhava em sucursais de jornais do centro do País, se reuniu e, através do sindicato, publicou o jornal que ficou conhecido como *Versão dos Jornalistas*, contando o que efetivamente viram. Segundo um deles, Aírton Centeno, também do *Estadão*, o jornal do Sindicato surgiu "muito mais em decorrência das versões acerca deste episódio" e não tanto por ele em si. Nenhum dos jornalistas tinha vinculação com o MST. Queriam somente deixar "registrado na história" uma outra versão do que ocorrera no dia 8 de agosto.

Outros jornalistas assumiram um papel no processo judicial resultante do episódio: dois fotógrafos e duas repórteres foram testemunhas de defesa dos colonos e ajudaram a dismantelar a versão da acusação. Entretanto, a marca deste episódio nunca foi alterada: o conflito da Praça da Matriz ficou irremediavelmente associado a uma degola com foice.

A subversão das palavras

No laudo de necropsia do soldado Valdeci de Abreu Lopes, encontra-se a seguinte descrição do corte que causou sua morte: "na região cervical póstero-lateral esquerda, um

⁹ (Hall, 1977:343)

¹⁰ (Idem)

centímetro abaixo da protuberância mastoidea, uma ferida profunda, de bordas regulares e afastadas, em forma de botoeira, com quatro por três centímetros de extensão". O laudo afirma que "esta ferida foi produzida por um instrumento de bordas cortantes, que agiu no corpo do paciente de trás para frente, de cima para baixo e da esquerda para a direita". Para a medicina legal quando uma ferida apresenta a forma de uma "botoeira, com predomínio da profundidade", só pode ter sido produzida por um instrumento pérfuro-cortante, ou seja, um punhal, uma adaga ou uma faca¹². Uma foice produz o que eles chamam de ferida "corto-contusa", que apresenta bordas mais ou menos regulares, lesões profundas e edemas periféricos. De fato, no laudo há a descrição de "uma ferida de bordas irregulares (ferida contusa), com dois e meio centímetros de comprimento", demonstrando que o soldado pode ter sido agredido por uma foice, "na região metoniana direita", mas este não foi seu ferimento letal. O laudo afirma que a morte do PM foi causada por um instrumento pérfuro-cortante e a foice é considerada um instrumento corto-contundente. Este instrumento atingiu a artéria carótida causando a morte quase instantânea do soldado.

É difícil precisar quando a foice foi se impondo na descrição do episódio. O fato é que diversas testemunhas afirmaram em seus depoimentos terem visto a foice, ou um "gadanho", como a arma do crime. Como o PM foi vítima de um tumulto, é possível que um outro colono também tenha lhe atacado com uma foice. Na noite do dia 8, antes do reconhecimento, cada testemunha de acusação prestou um depoimento relatando o que viu; uma delas, Adriane Camargo, descreveu que o soldado fora morto quando um dos colonos "defronte à vítima, a golpeou na altura da nuca, com faca ou facão". Adriane, que estava no 3º andar, certamente teve uma visão do que uma outra testemunha: seu marido, o advogado Edson Siqueira, que declarou ter visto a morte do soldado do 7º andar. Neste mesmo dia, o advogado deu uma entrevista às 15:15 para a Rádio Guaíba descrevendo que o soldado saiu do carro atrás do sujeito que tinha batido no veículo. E, diante do cerco de colonos, depois que foi agarrado por três, puxou a arma acertando talvez o pé de alguém:

- E quando ele sentiu que não adiantava, ele meio que se entregou... meio que se virou, achando que não tinha mais solução e levou uma facada...levou não sei se uma facada ou uma dagada no pescoço que jorrou sangue. Ele levou uma facada bem grande.

¹¹ (Idem)

¹² (Xavier Filho, 1992:53)(3)

Apesar dessas descrições, no dia seguinte todos os jornais e toda a cidade só falavam em foice e esta versão também ficou cristalizada na denúncia elaborada pela promotoria para levar a julgamento os sem-terras apontados como autores do crime. Tecnicamente, entretanto, uma análise do laudo de necropsia rebatia esta tese. Este argumento foi utilizado pelos advogados de defesa durante o julgamento, embora nunca sequer tenha sido averiguado e divulgado pelos jornalistas. Os advogados explicaram que, como o laudo descreveu o corte como em forma de botoeira, isso caracteriza um corte "limpo". A foice é grossa, é uma peça que não tem muito fio de corte e precisa da força para que ela bata e corte tocos. Se tivesse batido no pescoço do policial, como as testemunhas descreveram "de cima para baixo e ainda puxando um pouco", faria um rombo irregular, um corte "feio": a grossura da lâmina associada ao pouco fio, teria maçerado os tecidos. Mas o corte do pescoço de Valdeci era limpo evidenciando que ele fora produzido por uma adaga ou faca.

A degola, outra meia-verdade cristalizada sobre este episódio, poderia ser questionada, sobretudo pelos significados que o signo utilizado reflete e refrata. Como explica Bakhtin, “a palavra, como signo, é extraída pelo locutor de um estoque social de signos disponíveis, a própria realização deste signo social na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais”¹³. Portanto, sua escolha é determinada por uma "história de significados" construída socialmente; ou seja, não vem por acaso. Para a medicina legal, um corte de quatro a três centímetros de extensão não seria considerado degola, classificada nesta disciplina como esgorjamento. O termo, no Rio Grande do Sul, se associa automaticamente à prática de execução de prisioneiros que caracterizou a brutalidade da revolução de 1893, uma guerra civil que durou 31 meses e fez dez mil vítimas, 10% delas mortas por degolamento. Em geral o carrasco erguia o queixo da vítima, posta de joelhos, e "dava-lhe um golpe horizontalmente, da esquerda para a direita, à altura da laringe, apanhando a carótida"¹⁴. Esse modo de execução dos gaúchos ficou conhecido como "corbata colorada" e foi disseminado por eles na guerra de Canudos. Há também relatos de exímios "degoladores" que

¹³ (Bakhtin,1992:113)

¹⁴ Descrição de Crispin Mira, presente no livro “Terra Catarinense”, citado por Tabajara Ruas e Elmar Bonés em “A cabeça de Gumerindo Saraiva”, Editora Record, Rio de Janeiro, 2 edição, p.163, 1997.

simplesmente enfiavam a faca direto na carótida, causando a morte praticamente instantânea da vítima.

O editor-chefe do jornal *Zero Hora*, Marcelo Hech, que participou da cobertura do conflito, ficou absolutamente abismado quando soube a morte de Valdeci não poderia ser considerada degola para a medicina legal, que só adota esta definição quando o corte vai de orelha a orelha¹⁵. Confrontado com o risco de ter cometido erro jornalístico, Hech consultou um dicionário, onde constatou aliviado que degola poderia ser considerada “corte no pescoço”, concluindo que qualquer ferimento no local poderia ser considerado degola¹⁶. Segundo a repórter da revista *Veja*, Thaís Furtado, todos sabiam que a cabeça do soldado não havia sido decepada.

Delmo Moreira, único jornalista entrevistado que viu o laudo de necropsia, reconhece que a palavra "degolado" passava outra carga informativa. "Atrás vem um imagem de que eles prenderam o soldado, amarraram e arrancaram sua cabeça, ou pelo menos abriram o pescoço lado a lado". Moreira, um dos articuladores da confecção do *Versão dos Jornalistas*, confessou ter achado “esquisito” a imprensa ter descuidado de uma coisa tão factual, como o tamanho de um ferimento. "Achava estranho ver transformar aquilo em degola", ainda mais, lembra ele, que "degolado tornou-se a idéia-chave do conflito, até hoje na cabeça das pessoas". Outro jornal local, o *Correio do Povo*, citou o laudo de necropsia para descrever a morte do soldado em uma de suas matérias do dia 9 de agosto e, em parte alguma desta cobertura, há o termo "degola".

A primeira subversão é a da palavra, pois, quando elas nomeiam têm o poder de criar contextos. Como a escolha das palavras que irão nomear e dotar de significados os eventos não é mera coincidência, a pergunta é por que os jornalistas sequer se interessaram em averiguar melhor a versão da “degola com foice”? Esta definição desta morte, cujo pano de fundo era político, demonstra o processo de produção de um imaginário, que é uma interpretação particular, transformada em "a interpretação necessária"¹⁷ para um evento conflituoso, carregado de significações. É justamente a manipulação da palavra o que

¹⁶ Segundo o Aurélio Buarque de Holanda: 1. Cortar o pescoço ou a cabeça, decapitar; 2. cortar, decepar; 3. mutilar (livro ou parte do livro), atingindo no amparo a mancha da impressão: degolar um mapa; 4. Cortar o pescoço a si próprio, suicidar-se por degolação.

¹⁷ (Orlandi, 1995:100)

constitui "o ponto central na dinâmica de condução das massas para adesão a uma visão de mundo - imposta pelas fontes de poder - resultante de uma construção ficcional que se estabelece como verdade histórica"¹⁸.

A maioria dos jornalistas entrevistados demonstrou-se surpresa com a evidência de que não havia sido degola com uma foice. Confrontados com ela, argumentaram que exercem a profissão de "forma precária" e que teriam que ter duvidado mais dos fatos que vinham se apresentando. Na realidade, o que ocorre é que a própria formulação de questionamentos jornalísticos costuma ficar enquadrada dentro deste arcabouço, deste filtro, que lê o real de acordo com referências que são regidas "por condições de produção específicas e determinadas na história da sociedade"¹⁹. Assim, a própria capacidade de recortar os problemas a serem interrogados fica irremediavelmente comprometida, porque não consegue atravessar a fronteira do mundo social que envolve o jornalista. Todos repetem a explicação que parece mais "natural", enunciada pelas "autoridades competentes" e avalizada pela maioria dos membros de uma determinada sociedade, que aceita que esses códigos moldem os eventos problemáticos.

O jornalista, que obedece a um tempo de produção determinado e freqüentemente lida com diversos assuntos ao mesmo tempo, é muitas vezes uma "presa" dos episódios, dos "moldes" de se contar determinada história, marcados pelos preconceitos e interesses dominantes. Esse "molde" constantemente aborda fatos envolvendo o problema agrário brasileiro, que, apesar de evidente e de ser a bandeira do movimento social mais organizado do País, vive constantes refluxos; existe nas palavras, mas não nos atos ou em medidas eficazes, omitindo-se sua representação e, negando-lhe visibilidade. Um desses momentos de enorme refluxo foi o transcorrido na época do episódio da Praça da Matriz. A responsabilidade por este silenciamento e o novo estigma que ficou associado ao sem-terra depois daquele dia foi resultado da escolha de jornalistas e editores dos maiores veículos de comunicação do país ao descrever a morte do policial. Deste modo eles estruturaram aquele evento, acentuando um determinado modo de compreendê-lo.

Os danos daquela interpretação do real se fixaram. Os sem terra do MST ficaram associados "à degola com foice" na memória coletiva da sociedade gaúcha. Esta analogia

¹⁸ (Motter, 1992:14)

¹⁹ (Orlandi, 1990:36)

constitui parte das referências que parcela da população tem dele e de sua luta. Da mesma maneira, a caracterização daquele episódio associando-o exclusivamente à morte do soldado continua a ser impressa nos jornais, em qualquer matéria que faça um histórico sobre ele, pois, como assinala Motter, "a memória coletiva é o lugar privilegiado para a imposição de controles através de mitos e ficções que são reforçados ou introduzidos"²⁰. Este foi o caso de duas matérias publicadas no jornal *Zero Hora*.

Na foto legenda publicada sob o título "Avivando a memória" (23/01/1996), o colunista José Barrinuevo pretendia criticar o que considerava ser uma mobilização do MST na capital. mas que era, na realidade de pequenos agricultores:

“A radicalização no movimento dos sem-terra, com a exploração ideológica da miséria dos agricultores deste Estado, pode terminar em tragédia. É tudo o que segmentos radicais desejam na busca de mártires para o movimento. É também é o desejo de quem não deseja a reforma agrária. Vale lembrar o conflito em Porto Alegre. A Praça da Matriz foi transformada em praça de guerra, no dia 8 de agosto. O saldo do conflito: um soldado degolado de forma violenta, 72 pessoas feridas e uma população em pânico, no centro de Porto Alegre (...)”

No mesmo jornal, Humberto Trezzi, entrevistado nesta pesquisa, publicou, em 10/03/98 (p.44), uma matéria "de arquivo" que consistia em um apanhado histórico das "31 invasões de terra" registradas nas duas últimas décadas pelo MST no estado:

“Em 1990, o conflito recrudesciu. Em junho, o colono Ivo Lima foi baleado pela BM e ficou com movimentos prejudicados, durante invasão de uma fazenda em Boa Vista, do Inca. No dia 8 de agosto, o confronto chegou à Capital. PMs e sem-terra se enfrentaram na Praça da Matriz. Baionetas e revólveres de um lado, foices e facões de outro. Ficaram feridas 79 pessoas. O policial militar Valdeci de Abreu Lopes acabou morto com um golpe de foice, que cortou seu pescoço”.

Embora derrubada pela medicina legal, a descrição da morte de Valdeci de Abreu Lopes nunca foi reestabelecida. Evidente que este assassinato não fica atenuado por não ter sido propriamente uma degola provocada por uma foice. Mas sua morte não foi compreendida em toda a sua extensão, visto que alguns relatos dão conta de que ela foi fruto da auto-defesa, já que pelo menos dois sem-terras saíram feridos à bala daquele tumulto. Os colonos feridos por Valdeci rapidamente foram apagados. Aparentemente sequer existiram. Nos autos do processo verifica-se que além de Elenir Nunes, que foi baleada no abdômen, existiam três colonos feridos à bala na perna: Olavo Câmera, Edgar Foss e Aldir Zarpelon. Há indícios nos

²⁰ (Motter, 1992:83)

autos de que dois deles foram vítimas do soldado Valdeci. Sabe-se que Olavo foi atendido por um médico na própria Prefeitura. O tiro havia lhe acertado a sola do pé, de raspão, quando ele fugia. Foss declarou que fora atacado por um PM quando cruzava a Esquina Democrática. O tiro o atingiu quando fugia.

Mesmo o grave ferimento do acampado Ivo Lima, em Cruz Alta, ocorrido dois meses antes do conflito na Praça e provocado por violência arbitrária da Brigada Militar, foi pouco mencionado. Quando o foi, ficou classificado como "confronto" em matérias periféricas que exemplificavam como as manifestações do sem-terra gaúchos eram violentas. Esta informação, portanto, não foi utilizada para esclarecer o que o MST estava fazendo em Porto Alegre no dia 8. Além disso, na matéria de Trezzi, oito anos depois, o ferimento de Ivo já era resultado de um confronto na invasão da fazenda Boa Vista, do Incra. Esta área nunca sequer fora alvo deste tipo de ação, simplesmente porque fora oferecida pelo Incra como área provisória para o acampamento.

Este trabalho teve por objetivo abordar a questão agrária e sua luta social desencadeada pela reforma da estrutura da propriedade da terra como uma ação simbólica e não somente como luta política econômica e social. Um ação simbólica é "tanto comunicativa quanto conceitual". Ou seja, "um fato social retomado nos projetos e nas interpretações dos outros"²¹. Como já definira Adam Schaff falando da possibilidade do conhecimento objetivo em história, os fatos por si mesmos não dizem nada, não impõem nenhum significado. Quem o descreve é que impõe nele um significado. Assim, para tornar-se significante como fato histórico (jornalístico), um acontecimento deve ser integrado na trama complexa de circunstâncias que o construíram: "não é o fato que é parcial [...], somos nós que temos interesse em expor um único aspecto do problema"²². O estudo deste episódio do passado recente demonstrou como a atividade do mediador social jornalista esteve evidente dentro de uma luta social, tanto pelo que ele construiu, como pelo que silenciou. Assim, na materialidade do que foi impresso e nas interpretações atuais que alguns desses produtores culturais fazem deste episódio, se verificou o processo de imposição do silêncio. Além de reestabelecer outra possível versão para este conflito, procurou-se demonstrar como alguns de seus elementos foram apagados, colocados de lado, esquecidos e

²¹ (Sahlins, 1990:190)

²² (Schaff, 1987:216)



outros foram realçados, reverberados, repercutidos tentando iluminar os mecanismos ideológicos que funcionam como bases, pontos de vista da construção de um determinado saber sobre esta luta social específica e que, impressos nos jornais, apesar de todas essas flagrantes imprecisões, tornar-se-ão os arquivos de onde, no futuro, se construirá a história deste embate.

BIBLIOGRAFIA

- BAKHTIN, Mikhail. 1981. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6ª edição, São Paulo, Hucitec.
- BONES, Elmar e RUAS, Tabajara. 1997. *A cabeça de Gumerindo Saraiva*. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Record.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel,
- _____. 1997. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor,
- GORGEN, Frei Sérgio. (coord.) et. al. 1991. *Uma foice longe da terra: repressão aos Sem Terra em Porto Alegre*, 2ª edição, Petrópolis, Vozes.
- HALL, Stuart. 1977. "Culture, the media and ideologica effect". In: CURRAN, James; GUREVITCH, Michael; WOOLACOT, James. *Mass communication and society*. London, Open University.
- MARTINS, José de Souza . 1994. *O Poder do Atraso*. São Paulo, Hucitec. MEDINA, Cremilda. 1978. *Notícia: Um Produto à Venda*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega.
- MEDITSCH, Eduardo. 1992. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis, Editora UFSC.
- MOTTER, Mª de Lourdes. 1992. *História e imprensa: a construção da realidade*. São Paulo, Tese de Doutorado, Escola de Comunicação e Artes da USP.
- ORLANDI, Eni P. 1993 "Silêncio e resistência: um estudo da censura". In: *As formas do silêncio*. Campinas, Editora da Unicamp. pp.97/138
- _____. 1990 *Terra à Vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas, Editora da Unicamp/Cortez.
- PINTO, Celi. 1989. *Com a Palavra o Senhor Presidente José Sarney*. São Paulo, Hucitec.
- SAHLINS, Marshall. 1990. Estrutura e História. in *Ilhas de História*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora. p.172-193
- SCHAFF, Adam. 1974. "Linguagem, conhecimento e cultura". In: *Linguagem e conhecimento*. Coimbra, Almedina. pp.247-268
- _____. 1978. *História e Verdade*. São Paulo, Martins Fontes.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. 1994. "Conflitos Sociais agrários: formação e lutas dos camponeses medionais" *Cadernos de Sociologia*, (6): 135-53.
- VOVELLE, Michel. 1991. *Ideologias e mentalidades*. 2ª Edição, São Paulo, Brasiliense.
- XAVIER FILHO, Dr. Ernesto de Freitas. 1992. *Rotina Médico Legal*. Porto Alegre, Editora Sagra:DC Luzzeta. p.53